

33° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Mesa Redonda 9: Família e curso da vida: transformações e políticas públicas

CASA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CICLOS DE VIDA MASCULINOS

Parry Scott

Universidade Federal de Pernambuco

Caxambu, 26 a 30 de outubro, 2009

CASA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CICLOS DE VIDA MASCULINOS¹

Parry Scott²
UFPE – DCS

Apresenta-se uma discussão sobre divergências de homens e mulheres na construção de ciclos de vida em relação à casa e à família, frisando a maior flexibilidade masculina. Insiste na importância das relações de poder estabelecidas a partir da esfera doméstica como estreitamente relacionadas a esta flexibilidade, e identifica as intervenções de políticas públicas como agentes co-construtoras destas divergências. Lançando mão aos trabalhos clássicos de parentesco, re-trabalha a noção de regras de residência como regras sempre atuantes em torno da negociação de arranjos residenciais circunstanciais, tornando-a mais abrangente, descolando-a do evento único de casamento. Focando as classes populares urbanas, realça como o estabelecimento de uma casa e uma família envolve a articulação da valorização de paternidade, da provisão e do refúgio em torno de relações domésticas desiguais. Usando a noção de “jogos sérios” de Ortner, identifica três momentos no ciclo de vida que favorecem articulações diversificadas em torno da casa: gravidez e regras de residência entre jovens; a distribuição geográfica de moradia entre adultos; e o uso da casa e da rua entre idosos. Encerra com algumas considerações sobre como políticas públicas vigentes são agentes, abertos e ocultos, nos “jogos sérios” de poder entre homens e mulheres em torno da casa em momentos diferentes do ciclo de vida.

Palavras Chaves: Ciclo de vida, homens, casa

¹ Trabalho para apresentação na Mesa Redonda 9, **MR9: Família e curso da vida: transformações e políticas públicas**, 33º Encontro Anual de ANPOCS, Caxambu, 26 a 30 de outubro, 2009, como adaptação do trabalho da Mesa Redonda 2, Família e Ciclos de Vida: Transformações e Políticas Públicas, coordenado por Theóphilus Rifiotis, 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008.

² Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação de Antropologia, Programa de Pós-Graduação da Sociologia, e Coordenador do Grupo de estudos FAGES – Família, Gênero e Sexualidade.

CASA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CICLOS DE VIDA MASCULINOS

Parry Scott
UFPE (PPGA, FAGES)

Nas conclusões de um trabalho sobre a relação dos homens com a esfera doméstica publicada em 1990 chamei atenção ao fato que o homem e a mulher experimentam a vida em relação à casa de formas muito diferenciadas. Isto dificulta um tratamento homogêneo da idéia de uma vivência de ciclos domésticos como descritor adequado das experiências de ambos, homens e mulheres.

Nessa ocasião, pesquisa num bairro popular mostrou que a prática das mulheres é de montar uma frente discursiva que enaltece o quanto ela está ativamente controlando a casa. Ela determina quem entra e quem sai. Ela escolhe o parceiro e opina livremente sobre as suas ações. Ela decide sobre quantos filhos quer. Ela trabalha fora de casa ou para fora quando se faz desejável ou necessário. A casa é dela. E se separar, (que é a regra estatística, se não normativa) é ela que fica com a casa e com os filhos. O reforço simbólico a todas estas práticas é constante, sempre naturalizando este papel de pessoa ativa diante da casa como parte da capacidade de “cuidar” que é uma qualidade feminina.

Os homens são mais lacônicos, frisando que a sua casa está “sob controle” e preferindo omitir a discussão mais detalhada sobre os mecanismos acionados para mantê-la nesse estado. Esta referência à casa, composta minimamente por mulher e filhos, não consegue esconder uma forte valorização dela para os homens, pois o ato de silenciar evidencia uma prática de evitação diante de assuntos cruciais para a manutenção da reputação masculina. Não se discute as atividades sociais, e sobretudo, sexuais, da sua parceira e das suas filhas, pois qualquer descontrole, ou brecha na vigilância, repercute negativamente no homem. O descontrole da sua casa é fatal. Uma separação tira homem do curso “naturalizado” de desenvolvimento do grupo doméstico. A ex-esposa e filhos costumam ficar na casa, agora plenamente dela, onde as relações sociais intra-domésticas seguem o curso de crescimento dos filhos dela. Já a ele, cabe recomeçar outro “ciclo doméstico” com uma nova parceira, podendo ser um reinício com o primeiro filho dela, ou uma inserção com uma mulher separada ou viúva que já vive a “aliança entre mãe e

filhos” na qual a negociação da presença e participação masculinas é ativamente posta em questão. Ou seja, o homem vive um potencial de uma seqüência de ciclos “renováveis” e “mutáveis”, potencial esse muito mais restrito para a mulher, naturalizada na sua qualidade de mãe e cuidadora de uma prole própria.

Neste trabalho, pretende-se dar continuidade a esta discussão sobre como os homens organizam a sua vida em torno da casa. Primeiro se leva mais adiante a discussão sobre como a escolha de certos conceitos (ciclos, cursos, trajetórias) para descrever a lógica das transformações ao longo da vida está relacionada a diferentes perspectivas e interpretações. Logo em seguida, apresentam-se três exemplificações de negociações masculinas sobre a sua participação em torno da casa. Examinando gravidez e regras de residência entre jovens; a distribuição geográfica de moradia entre adultos; e o uso da casa e da rua entre idosos, pode-se ver o quanto “a casa”, sem nunca perder o seu significado como peça chave para os homens, se insere diferentemente na montagem do que Ortner (1996) designa de “jogos sérios” que conferem status desigual de homens e mulheres em períodos diferentes da vida.

Ciclos, cursos e trajetórias: acompanhando a passagem do tempo

Ciclos, cursos, trajetórias, bem como diversos outros termos que sugerem movimento e temporalidade, contribuem para uma polêmica nas ciências sociais, especialmente quando conjugados com os termos “de vida”. A literatura que discute a diferenciação entre esses termos costuma ter a intenção de favorecer o uso de um ou outro termo. A decisão do autor de qual termo prefere empregar revela predisposições interpretativas que permeiam os textos onde os autores operacionalizam as suas preferências.

A preferência pelo termo “ciclos” sugere uma certa repetição, reproduzindo acontecimentos de acordo com um padrão pré-estabelecido. É um modelo que admite divergências, sobretudo na medida em que tais divergências reafirmam as propostas que informam ou reiteram a importância do modelo. Sugere movimento, porém, procura estabilidade.

A preferência por “cursos” sugere menor repetição. Ao mesmo tempo em que admite uma previsibilidade limitada, insiste num direcionamento que se torna difuso por

causa dos muitos fatores que influenciam os acontecimentos. Mesmo assim, como ocorre com um rio, avança com o passar do tempo por caminhos esperados, podendo variar bastante onde vai correr antes de desembocar. Insiste em seguir os meandros do movimento, mesmo sabendo o destino geral.

E a preferência por “trajetórias” sugere um impulso informado por uma subjetividade que, mesmo que implicitamente, estabelece metas em busca do encontro de algo diferente mais adiante. Realça um movimento que denota uma intervenção mais ativa do agente. Quem segue uma trajetória, não desemboca, ele “chega lá”. Todos os termos ensinam alguma coisa sobre “a vida” – as suas repetições modeladas, a variabilidade dos seus caminhos esperados, e um suposto voluntarismo característico da forma humana de inserir-se no mundo.

Quando se faz referência a gerações (Britto da Motta 1998b, Debert 1999, Scott 2002, 2006b, Barros 2007) há pelo menos dois movimentos em jogo. O primeiro é um jogo de idade na qual o inexorável processo de envelhecimento condiciona entradas e saídas de categorias compreendidas como associadas proximamente à biologia. O segundo é um jogo de relações sociais que se ordenam em torno do significado atribuído às pessoas que consideramos como “nossos parentes”. O primeiro constrói as pessoas, e sofre, sobretudo, de modificações decorrentes dos avanços na tecnologia médica e sanitária que conduz à maior longevidade e desafia a capacidade cognitiva humana de construir categorias novas que englobam essa nova realidade. O segundo tem sido abordado por antropólogos como relacionado com aliança e descendência e se evidencia sujeito a uma enorme variabilidade entre diferentes sociedades humanas, e também sujeito a transformações significativas com a passagem de tempo em sociedades particulares. Estas duas acepções de geração informam os perfis da maior flexibilidade dos padrões residenciais e de arranjos familiares no Brasil (e no mundo) que já se acumularam para formar uma verdadeira enxurrada de descrições da inegável adaptabilidade e resiliência dessas instituições.

Como já argumentei em outros locais (Scott 1990, 1998, 2006 b), a casa é um campo de negociação de poder entre homens e mulheres, e entre jovens e adultos. Os atores divergem na sua maneira de identificar a sua importância no estabelecimento de uma base para organizar a vida cotidiana em torno de relações de parentesco que exigem

diferentes ações de homens e mulheres. No seu trabalho pioneiro na sistematização de idéias sobre ciclos de vida, Meyer Fortes, na introdução do livro de Jack Goody sobre o desenvolvimento do grupo doméstico, teve a clareza de dissociar parcialmente os ciclos de vida marcados pela biologia, de ciclos domésticos, marcados pelas alianças entre casais e seus grupos de parentesco e as estratégias de definir a descendência. O ritmo cíclico reiterado é de formação, crescimento, dispersão, e substituição dos grupos domésticos. Por sensível que for aos diferentes percursos que podem recorrer em sociedades concretas, este modelo reflete profundamente a visão da família nuclear estandardizada e quase indissolúvel como ponto de partida para entender a vivência do doméstico que descrevi em outro local (Scott 2004a). A sucessão união→expansão→dispersão→substituição reproduz uma noção de solidariedade e união do casal que faz com que o ciclo doméstico corre paralelo ao período reprodutivo da mulher. Ao homem, aliado a ela, confere um espaço de acompanhamento quase obrigatório, pois, mesmo que Fortes reconheça a possibilidade de quebras desta ordem, a regra é de não se esperar interrupções neste processo. A importância de mostrar que o grupo doméstico é fluido e dinâmico, impedindo que se faça interpretações precipitadas a partir de apresentações estatísticas de ocorrência de diferentes arranjos, encontra ressonância em outro trabalho fundante nesta época, intitulado “regras de residência” de Ward Goodenough. Goodenough mostra que as exceções de regras que criam uma aparente variabilidade na organização das relações de moradia quando apresentadas estatisticamente, e assim terminam por reafirmar os modelos predominantes quando examinados caso por caso. Desta maneira as “regras de linearidade” e de determinação de “residência” oferecem um reforço aos padrões predominantes. Nesta literatura, sobretudo britânica, se estabelece uma perspectiva antropológica onde não se procura encontrar “cursos” diferenciados, nem se realça qualquer “subjetividade” que admita o estabelecimento de alguma trajetória que visa alcançar alguma meta mais individualizada dos atores. A complementariedade de gênero no cumprimento de um roteiro culturalmente hegemônico é um pressuposto.

Os estudos de gênero foram chaves em questionar o modelo de ciclos domésticos. Por estarem associados a um movimento político de luta pela equidade de gênero no mundo, os autores constroem suas referências muito mais em relação à sociedade

ocidental do que aos grupos tradicionalmente estudados pela antropologia. Neste caminho, se aproximam aos estudos de sociologia da família e da modernidade e pós-modernidade, combinando dois focos: uma percepção geral de flexibilidade na organização e nas relações familiares contemporâneas e uma tendência para a feminilização da pobreza, na qual os arranjos não-canônicos de grupos domésticos evidenciam como as desigualdades econômicas atingem mais as mulheres, sobretudo das classes populares. E isto ocorre de uma forma particularmente acirrada entre as mais novas e as mais velhas. Neste contexto, a adesão à idéia de “curso de vida” desata a idéia de repetição de um padrão, historiciza e segmenta socioeconomicamente a organização de grupos domésticos, e ainda admite que a individualidade e a variabilidade poderiam informar as ocorrências ao longo da vida, sem que se possa apresentar nenhuma seqüência idealizada de arranjos familiares. No que se tem escrito sobre estes “cursos de vida,” há pouca percepção do ator masculino além do fato dele servir como contraste que permita o realce de mecanismos de opressão feminina.

Não surpreendentemente é nos estudos de geração que aparecem maiores esforços de sistematizar os conhecimentos sobre as fases, as etapas, os momentos, as seqüências, ou seja lá qual for a designação escolhida para entender o movimento que ocorre ao longo da vida. A ênfase em geração remete tanto à esfera de família e parentesco, quanto à esfera de períodos históricos concretos nas quais certas ocorrências globais marcam a vida das pessoas que nascem neles. Como observou Balandier há muito tempo, no livro *Antropo-lógicas*, no sentido de idade cronológica e de vivência de relações de família e de parentesco, a geração é estruturalmente transitória. Esta diferença a separa da idéia de gênero. A idéia de geração permite uma maior ênfase na subjetividade dos atores e na sua capacidade de mudar a sua inserção nas negociações de poder e direitos, inclusive entre homens e mulheres, com o passar do tempo. Noções de maturidade e de simbolismo etário permitem uma flexibilidade onde a ocupação transitória de uma fase muda as questões realçadas por atores que definem diferencialmente os elementos que os conferem poder nos contextos onde operam. Aqui, se pode valer do conceito de “jogos sérios” de Ortner (1996), pelo qual se faz possível tornar mais visível a agência dos homens e das mulheres ao estabelecer negociações sobre quais os sentidos conferidos ao estabelecimento das suas “casas” para que a conjugalidade mude de feições ao longo da

vida. A trama de relações de autoridade no meio familiar e de parentesco varia, e os recursos que os atores podem acionar se associam estreitamente à classe social e às oportunidades de emprego e de valorização simbólica característica de segmentos sociais diferentes. As expectativas mudam com os contextos, e a própria noção de trajetória, se primeiro, quando jovem, se referia a um traçado esperado, vai se transformando numa referência a experiências vividas, onde o que foi “possível” toma o lugar do “esperado”, e o novo “traçado” se delimita de uma forma muito mais estreito, mas não menos “negociado”, em termos de gênero.

Homens com as casas sob controle: paternidade, provisão e refugio

A ansiedade de demonstrar que estão com as suas casas sob controle permeia as negociações que os homens fazem ao longo de vida, e, evidentemente, isto pressupõe que se está referindo à compreensão que eles têm sobre as suas relações com mulheres e com filhos. Procuram estabelecer regras de residência que sejam adequadas para a vivência masculina da casa. Uma das anedotas mais repetidas na antropologia é sobre o índio maltrapilho, doentio e retraído sobre o qual o antropólogo indaga a razão do seu mal-estar, justamente para ouvir a resposta “ele é solteiro.” Seja o antropólogo Claude Lévi-Strauss (em *Tristes Trópicos*), adversário de muitas feministas por causa da sua compreensão que os homens trocam as mulheres, seja Jane Collins (em *Marriage and Inequality in Classless Societies*), feminista celebrada porque trabalhou para questionar a centralidade do valor da bravura dos homens dos índios das planícies, situando o verdadeiro valor em torno da necessidade de casar, há um reconhecimento que o homem precisa de uma casa (e uma esposa para garantir a ordem da casa). Em torno desta casa se levanta uma pletera de construtores de valores masculinos que são vividos simultaneamente, mas que se articulam diferentemente de acordo com o contexto da inserção em estruturas de poder que respondem a ciclos, a cursos e a trajetórias que são experimentados pelos homens ao longo da vida. Ao realçar três contextos diferentes estreitamente associados a idades cronológicas, procura-se evidenciar diferenças nos domínios de poder que organizam as suas estratégias de relacionar-se com as mulheres (e com os outros homens) para manter o seu controle sobre a casa. Nos exemplos

escolhidos, entre outras possibilidades, enxergam-se usos diferentes dos valores de paternidade, provisão e refúgio para que se defina o espaço doméstico como fulcro para a construção da masculinidade em contextos fluidos que não permitem a cristalização de uma ascensão incontestada nem de poder feminino, nem do masculino. Encontra-se com ciclos, cursos e trajetórias de vida que convergem para estabelecer jogos sérios de poder simbolizados nos valores apresentados em momentos diferentes da vida.

Gravidez na Adolescência

O primeiro contexto é de gravidez na adolescência (ver Scott 2001, 2002; Butto e Silva 1999). Quando uma menina descobre que está grávida, a situação exige uma definição de paternidade. Mesmo diante da diferença de vários anos na média de idades entre homens e mulheres de casais estabelecidas, via de regra o parceiro que se torna pai também é adolescente ou jovem. Muitos jovens casais decidem conviver sob o mesmo teto antes mesmo de começar a ter filhos, mas, mesmo assim, o “ciclo” mais evidenciado para classes populares é da definição das novas “regras de residência” após o aparecimento do primeiro filho.

A decisão que enfrenta o jovem pai, ainda não co-habitante com a sua parceira, tem a ver com o grau de autonomia e distancia que ele quer estabelecer da sua casa de origem, normalmente a casa dos seus pais (Scott e Franch 2004). A dependência filial lhe cria direitos e obrigações cujas conseqüências entram em jogo muito mais explicitamente na hora de saber que vai ser pai. Além de residir e alimentar-se na casa, também a emprega para apoiar os seus esforços de encontrar trabalho e renda, ou mesmo, capacitação via estudos. E os rapazes passam mais anos convivendo com seus pais que as moças, uma indicação da possibilidade de tal arranjo ser percebido como benéfico pelos envolvidos. O retorno para os pais é na contribuição que ele dá para as despesas da casa, que, por ser homem, têm costumado ser menores, proporcionalmente, que as contribuições de meninas. Ele também pode servir bem fazendo mandados, como a realização de pagamentos ou pequenas compras, poupando os pais de idas para a rua. Em contraposição, elas, que frequentemente também trabalham e estudam (inclusive hoje em dia estudam bem mais que os homens), além de historicamente concederem

proporcionalmente mais dos seus ganhos para a unidade familiar, também são muito mais cobradas que os rapazes para prestar serviços domésticos para a sua própria casa.

A procura de trabalho masculino, num mercado excludente, quando não acena com o pleno desemprego, oferece remunerações muito baixas por extensas jornadas. É nestas atividades que a maioria dos jovens populares está inserida. Elas são contrapostas à possibilidade de maiores ganhos provenientes de participação em alternativas ilegais, de tráfico e de outras contravenções que, de acordo com o local de moradia, se impõem de menor ou de maior grau, para cada um. Nestas alternativas aumenta-se a vigilância sobre as redes de relações de convivência disponíveis aos jovens, exigindo uma sociabilidade estreita, e até lealdade, entre os próprios contraventores. Elabora-se uma escala de prestígio entre homens que supervaloriza sinais externos de riqueza e consumo, associados à capacidade de conquista de mulheres, como parceiros sexuais, mais de que como parceiros conjugais co-residentes. Ao mesmo tempo, a “obrigação filial” de ajudar, sobretudo, a mãe, é vivida fortemente, mas é muito temperado pelo “desgosto” que ela pode sentir pelo caminho escolhido pelo seu filho, que, nos casos mais graves, chega ao ponto de promover uma ruptura entre pais e filhos. A valorização da idéia de assumir uma obrigação como pai neste contexto é superada pela expectativa de uma vida curta, vivida intensiva e perigosamente, onde a paternidade chega a incomodar por sugerir um curso de vida diferente que a escolha da trajetória imaginada destes jovens. Então, são os jovens trabalhadores menos envolvidos na contravenção que aderem à valorização da casa como símbolo de obrigações paternas e conjugais.

A casa se valoriza pelos seus componentes, e para o jovem pai cuja parceira engravidou, ainda há um crivo pelo qual a mulher que vai administrar a sua casa tem que passar. A “paixão” dos jovens e a sua possível idealização de uma vida a dois, reinada pelas fortes emoções e experiências que informaram a realização do ato sexual que resultou na gravidez, se mostra mais presente nos relatos de mulheres sobre esta época da vida, de que nos relatos de homens, que falam da pressão para se unirem. Um homem associado a uma casa que não está sob controle está exposto ao ridículo, e, da perspectiva masculina, sobretudo, o primeiro sinal de descontrolo se manifesta na fidelidade sexual da mulher: os dois homens mais sujeitos a críticas na boca do povo são os que nasceram na casa onde não houve um controle masculino sobre a fidelidade feminina (“filho da

puta”), ou que são os responsáveis de uma casa onde a mulher não é fiel (“corno”). Isto repercute no processo de decisão que o jovem pai fará sobre as implicações da gravidez da companheira sexual que o identifica como sendo o pai da criança. Com receio de assumir uma casa que poderia expô-lo ao ridículo, o jovem que desconfia que ele não é o pai (ou que queira um pretexto para não assumir a casa por alguma outra razão) invoca a diferenciação entre mulheres que prestam para casar e outras que prestam apenas para fazer sexo, categorizando a grávida no segundo grupo (ver Quadros 2007). Assim, ele, ao recusar formar uma casa com a mulher, não se desvaloriza porque mostra que é ativa sexualmente, mas é bastante esperto para não arriscar um potencial comprometimento futuro na sua reputação. Ela, em contrapartida, arrisca ser vista publicamente como imprestável para casar, e terá que convencer às outras, e aos outros, que o problema foi uma falha do caráter do jovem pai que “não quis assumir seu filho”, enganando-a nas suas expectativas matrimoniais.

O que parece ser mais freqüente é que o casal se junte mesmo e inicia uma trajetória comum. Escolhida como opção de vida pelos jovens pais, a nova casa do casal, mesmo que possa ter que iniciar como co-residência debaixo do mesmo teto dos pais dele ou dela, se ressalta como uma declaração de autonomia e de responsabilidade. Simultaneamente, representa uma continuidade de participação numa rede de parentesco, ampliada para incluir a da “nova” mulher, que se torna uma referência adicional para uma vida familiar traçada pelo cotidiano e pelo corriqueiro, e por demonstrações diversas de dedicação mútua. Esta paternidade juvenil, ao reafirmar ciclos domésticos modelares e cursos de vida masculinos imaginados, está recheada pela aceitação da probabilidade da continuidade de relação e pelo reconhecimento da obrigação paterna de ser provedor (nem sempre único, mas certamente o mais cobrado). Em resumo, o jovem, ao reconhecer a paternidade e transformá-la numa decisão de montar uma “casa”, negocia a sua reputação e aproveita uma oportunidade que simboliza relativa independência, sem ruptura dos pais, compromisso junto à mulher e ao(s) filho(s), seguindo um curso de vida esperado dos homens que o levará a procurar trabalhar para ser provedor por décadas a seguir. Para ele, guardadas as restrições provenientes de pressões que ele pode julgar que sofreu para fazer a decisão, é um anúncio de uma trajetória preferida por se mesmo.

O chefe da casa: a provisão

Desfazer a primeira união é a prática da maioria nas comunidades de classes populares onde se tem realizado pesquisa detalhada sobre a formação de grupos domésticos. As razões da dissolução são as mais variadas, mas não são objeto de reflexão de maior importância aqui (ver Scott 1990). Essa dissolução, muito mais de que a simples eliminação do ciclo doméstico clássico (casar-expandir-dispersar-substituir), implica na sua redefinição por gênero. O ciclo é dela, pois ela continua com os filhos, e a casa continua em expansão. A substituição do parceiro envolve uma maturação do projeto feminino. O esfriamento da paixão e o cotidiano da criação dos filhos contribuem para que ela almeje um trajeto acompanhado por um homem cujas qualidades possam assegurar condições de vida adequadas para ela e o(s) seu(s) filho(s), o que nem sempre quer dizer continuar com o pai do seu primeiro filho. Os homens, ao mesmo tempo, aguçam a sua percepção de que serão valorizados pela sua capacidade de prover. Como isto não é fácil diante do mercado de trabalho excludente, ele pode modificar o enfoque dele também, preferindo uma mulher não por ser a mãe do seu primeiro filho, mas pela sua dedicação ao que ele entende como o trabalho de “ajudar” ele a prover a casa. De uma certa forma de ver, é o outro lado da moeda da sua classificação das mulheres de acordo com as suas tendências de fidelidade. Especialmente quando o ganho masculino é precário, uma mulher fiel, para o homem, é a que não somente se dedica à casa (nas relações afetivas e laborais), mas que também sabe trabalhar para trazer recursos de fora de casa para ajudar-lhe no sustento. Assim, a segunda esposa do homem terá qualidades semelhantes às qualidades que ela procura nos homens.

A observação no parágrafo anterior parece uma simples constatação de que popularmente poderia ser entendido como “caindo na real”. Mas, examinando a composição demográfica de bairros diferentes da cidade, pelo menos com referência concreta à cidade do Recife (ver Scott 2004 b), se verifica uma distribuição etária e de sexo, cuja interpretação exige ainda mais pesquisa concreta. Estes dados jogam luz sobre o uso diferencial de casas por homens e mulheres. Os micro-dados do IBGE mostram uma curiosa regularidade ao serem examinados por cada uma das seis regiões político-administrativas do Recife. Nas faixas etárias jovens, de 15 a 19 anos, em bairros

populares com a maior proporção de unidades uniresidenciais (ou seja, casas individuais), há maior presença masculina entre os jovens, mesmo diante da alta mortalidade masculina juvenil!. Já nos bairros nobres, com maior proporção residencial em apartamentos, a proporção é mais equilibrada, tendendo para mais mulheres que homens. Nas faixas de adultos entre 40 e 44 anos, percebe-se uma intensificação na masculinização relativa dos bairros populares, como também na feminilização dos bairros nobres. Os homens na faixa de 40 a 44 anos são predominantemente chefes de casa, pais de famílias (nos dados vistos, não se dispõe das proporções concretas).

Avança-se a hipótese que está havendo uma transferência de moradia de mulheres de bairros populares para bairros nobres, ou, pelo menos para bairros de classe média, podendo vislumbrar dois processos possíveis. O primeiro processo é que, na busca de parceiros em melhores condições de vida, as mulheres experimentam mais sucesso que os homens e conseguem sair dos bairros mais pobres. Assim, as mulheres estão “a serviço” de casas mais ricas. Nesses casos, a feminilização enriquece. É muito mais raro um homem, com vontade de demonstrar a sua capacidade de ter uma casa sob controle, encontrar uma mulher em melhores condições socioeconômicas que queira casar com ele. Assim, ele fica no bairro popular e engrossa a masculinização desta faixa etária. Segundo, evidentemente nem todas as transferências populacionais se dão por razões sentimentais ou de formação de alianças matrimoniais. A cidade está repleta de mulheres que trabalham nos serviços domésticos para casas mais ricas, e os arranjos residenciais destas mulheres precisam ser melhor compreendidos para entender quanto a sua presença na casa dos outros seja evidenciada nos dados sobre proporções de homens e mulheres residindo em bairros populares ou em bairros nobres. Mesmo sem estes dados ainda, não cabe dúvida de que grande parte destas mulheres, quando não chefiando as suas próprias casas, está “ajudando” os seus maridos a prover o necessário para o sustento da casa no bairro popular. Para isso precisam articular redes de parentas mulheres subordinadas (além da contribuição limitada dos seus próprios maridos), para que o serviço doméstico que resta para fazer nas suas “folgas”, nos dias que podem estar nos bairros populares, seja bem menor. Assim, a organização deste trabalho serve para a masculinização residencial e espacial da pobreza na faixa etária de adultos.

O homem que tem entre quarenta e quarenta e cinco anos, se ainda não entrou na procura de ganhos por meios de contravenção, dificilmente percebe este espaço como oferecendo grandes oportunidades. Já observou a alta mortalidade de amigos e vizinhos que escolheram essa outra trajetória, diferente que a sua. Ele sabe que é acusado, pelos que escolheram um caminho mais arriscado, de ser “otário” por se submeter aos ganhos aviltantes dos serviços que exigem o seu trabalho, ou simplesmente por experimentar o desemprego crônico. É no controle sobre a sua casa e na construção da moralidade do trabalho do pobre (ver Sarti 1996) que este homem constrói o seu modelo de masculinidade. Quando se quer criticar mordazmente a ação de um bandido, chama atenção ao fato que o ato que ele perpetrou vitimizou “um pai de família”!

A maior demanda e maior aceitação de trabalho feminino (que os homens continuam percebendo como ajuda) dão um realce às mulheres na hora de sustentar a casa. Mas com a ausência de muitas mulheres, ou que saíram por terem casado ou por terem serviços que exigem a sua presença fora, se registram bairros populares cheios de homens nas ruas. Mesmo os homens que têm um trabalho regular costumam voltar a noite para casa nos bairros populares, com muito mais frequência que as mulheres, pois a sua presença nos bairros nobres incomoda aos residentes. Receosos de perder o respeito dos outros por estarem dedicados a tarefas domésticas, ao voltar aos seus bairros os homens ocupam espaços visíveis (em botecos, praças, ruelas, calçadas, etc.) como exercício performático da sua adesão ao modelo de homens na rua, e mulheres em casa, mesmo que as suas mulheres estejam longe, trabalhando na casa dos outros. Até o lugar preferencial para uma rodada de dominó é na rua, onde todos podem ver que não se trata de homens dedicados a serviços internos na casa! É um trabalho simbólico do bairro inteiro que procura invisibilizar a masculinização da pobreza na idade adulta.

Nesta situação, o modelo do ciclo doméstico ainda opera com força, mais o curso da vida diferencia bastante entre homens e mulheres. A luta para a preservação do conceito que são os homens que trabalham para sustentar a casa oculta o processo. A casa sob controle conta com um homem trabalhador que frequentemente encontra dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho, tornando-se uma casa que requer ingressos provenientes do trabalho feminino e que usa artifícios de esconder a fragilização masculina.

Os idosos e o refúgio de casa

O envelhecimento populacional é um processo desigual entre segmentos sociais e entre homens e mulheres (ver Berquo 1991; Camarano 1999, 2004; Telles 2002; Britto da Motta 1999, 1998b; IBGE 2002; Peixoto 2004, Debert 1992, 1999). Os bairros populares contam com proporções mais exíguas de idosos. No Recife, a comparação entre os bairros populares e nobres (Scott 2004) revelou sempre a maior longevidade dos moradores destes com em torno do dobro de idosos, proporcionalmente. E entre os mais idosos, é um fato muito conhecido que prevalecem as mulheres, sempre costumando representar mais de 60% da população acima de 60 anos, e mais de 70% dos que têm mais que 80. Mais uma vez, os bairros mais abastados estão mais repletos de mulheres. As “casas chefiadas por homens idosos” se dividem entre as casas dos que se juntaram com mulheres mais novas, as que continuam com as suas esposas depois de longos anos de convivência, e algumas que não contam com mulheres. Nesta faixa, a predominância feminina é virtualmente impossível de esconder, e as casas com chefia feminina despontam (Berquó 1991). Correspondentemente, as estratégias de negociação masculina para criar a imagem da sua casa sob controle são muito diferentes.

As mulheres predominam (Lage 2007, Britto da Motta 1999) em quase tudo que se inventou como associação, universitário, clube, ou seja lá qual for de idosos, ou da terceira idade, ou de outro rótulo eufemisticamente aplicado para contribuir para um processo de juvenalização. Um idoso jovem aprende que ele precisa ser ativo muito para além das visitas que pode fazer a, e receber de, os seus filhos. Ele pode se divertir, pode consumir, pode aprender, pode andar, e, pode desfrutar do que merece por ter trabalhado, fora ou em casa, durante muitos anos. As mulheres se reúnem e passeiam com frequência, viram visíveis não somente no seu próprio bairro, mas também em locais distantes. Estas associações juntam mulheres que dedicaram muitos anos da sua vida ao trabalho fora de casa, mas também contam com mulheres que viveram muitos anos em casa dependendo do sustento, não raramente, mingüado, fornecido pelo marido. As políticas públicas estimulando associações e outras atividades, mas especialmente aplicando a regulamentação da previdência, ao conferir aposentadorias e benefícios aos

idosos, já surtiram o efeito de fazer com que as casas dos idosos nos bairros populares sejam as que registram níveis maiores de renda por capita. A liberdade de andar como e quando quer, dentro das restrições do segmento social, acrescenta mais um grupo de mulheres “circuladoras” ao conjunto existente. No meio de muitas separadas e viúvas que descobriram ao longo da vida que há muitas vantagens de não ser mais de uma casa “sob o controle” do homem, há outras que começam a ter uma renda própria e ainda convivem com o marido. As restrições de movimento que caracterizam a sua submissão às regras masculinas são afrouxadas com a nova condição dela como detentora de renda. Ela encontra um reforço a esta “nova liberdade” ao participar dos grupos de idosos. A hegemonia dos homens no mundo da rua não é mais um modelo que impera.

Nesta situação o homem idoso encontra um desafio para mostrar que a sua casa está sob controle. Um caminho que os viúvos e separados seguem é de procurar mulheres mais jovens que eles para juntar-se. Como frisa Camarano (2004), os homens fazem bastante questão de serem chefes, as suas casas sendo percebidas como **famílias de idosos**, enquanto as mulheres toleram mais a circunstância de estarem na casa dos outros, e virarem membros de **famílias com idosos**. As motivações das mulheres para entrar como dependentes nas famílias de idosos chefiados por homens costumam ser questionadas, muitas vezes reduzidas ao amparo oferecido pela segurança da aposentadoria do “velho que para outra coisa não presta”. As contra-argumentações das mulheres e suas defensoras sobre as qualidades pessoais dos novos maridos mais velhos convencem a alguns dos menos cétricos, mas a alerta a estas mulheres é que elas terão que dedicar muito do seu tempo a cuidar do velho quando, em pouco tempo, ele apresentar as patologias associadas à idade dele. Para a maioria, melhor o adágio “Melhor só de que mal acompanhada”!

É justamente por este caminho, difícil, mais possível, de exigir direito a cuidados que os homens idosos também procuram mostrar que a sua casa está sob controle. Ouve-se deles que não querem andar mais, que já andaram muito. Ou seja, agora a rua não é mais um espaço para eles, e merecem um refúgio, um descanso, em casa. É melhor que a mulher, um filho ou um neto vá atrás de alguma coisa que requer que ande na rua. Reconhece-se que os outros possam e devem circular, na medida em que as suas ações mostram um respeito pelos anos que ele passou dedicando-se a tarefas semelhantes.

Mesmo o Estado, que o ignorava, ou mesmo o hostilizava em fases prévias da sua vida, agora abre as portas para ele através de grupos especializados em lidar com patologias da idade (hipertensos e diabéticos) nos postos de saúde da comunidade. Ele vai, muito bem vindo, e acompanhado pelas idosas da comunidade, admitindo ocupar um espaço nos serviços de saúde que outrora identificava como quase exclusivamente um espaço feminino (Scott 1991). Agora ele merece descansar e ser cuidado! Assim diz o Estado, e assim ele cobra para o seu espaço de casa. É um reconhecimento do trabalhador, uma reificação do modelo de provedor.

.O curso de vida dele faz com que a sua trajetória imaginada poucas vezes se realiza. Pela sua história de desemprego ou emprego precário, o homem fica desprovido de (ex)empregadores solidários que possam ser chamados para ajudar em condições de aperto (coisa que é mais fácil as mulheres terem). Tampouco conta com um sistema de apoio para compensar as épocas de desemprego. É na casa onde pode ser descoberta alguma forma de ressignificar a vida. Quando possível, procura recompor uma casa com uma esposa dependente. Procura evitar contatos com os espaços públicos que, ao longo da vida, têm trazido poucos benefícios a ele (com a exceção das unidades de saúde que ele precisa muito e que o enxergam como enfraquecido organicamente). A renda da aposentadoria permite que o homem tente recuperar aquela “casa” que poderia representar o sucesso do homem colocando-se numa condição hierarquicamente superior. A sua chefia, simbólica e material, é uma forma de tentar, mais uma vez reafirmar que a sua casa está sob controle, e que nela ele encontra um refúgio.

As políticas e as casas controladas por homens

Mais de que caracterizar a influência de políticas públicas sobre diferentes atores, ou sugerir ações concretas, este trabalho reflete sobre estratégias de negociação de gênero em torno da casa. É um relato dos artifícios de pretensos “patriarcas de patrimônios pequenos” de persuadir aos outros que estão com “tudo sob controle” nas suas casas. Ao acompanhar o percurso de gravidez na adolescência, da escolha de locais de residência e chefia de casa como adulto, e da vivência da aposentadoria e velhice, mostrou a inconstância de elementos acionados para o homem se sobressair ao

longo da vida. Ressaltou, sequencialmente, paternidade, provisão e refugio, e mostrou que os três são elementos inextricáveis que se articulam diferentemente em diversos contextos de formação da valorização do homem ao longo da vida. Argumentou que não adianta insistir na maior propriedade das idéias de ciclo, de curso ou de trajeto, pois cada termo se insere num campo de significação que permite enxergar questões diferentes: estruturais, conjunturais, e subjetivos, minimamente. Não se cumpre um ciclo, mas ele sempre está presente. O curso dos eventos tem alguma previsibilidade e regularidade de acordo com o segmento social e o sexo da pessoa, mas os resultados não podem ser generalizados para todos. As trajetórias almeçadas, e as efetivamente percorridas, desvendem uma intencionalidade e uma negociação ativa com os elementos culturais a dispor dos agentes quando operam com os acontecimentos num jogo sério de poder entre homens e mulheres que vivem em bairros populares.

Há um posicionamento bem claro aqui que convém explicitar aqui, no final. A **casa** é um ponto que é fulcro para a construção da masculinidade, e é um ponto que muitos trabalhos confundem ao querer atribuir ao homem o espaço da rua, e não o da casa. O homem luta a vida toda para mostrar que a sua casa está sob controle. Não cabe ao observador julgar se ele consegue ou não, e sim entender como ele significa as suas ações nos processos sociais que informam a sua tentativa de demonstrar o seu poder.

Referências bibliográficas

BARROS, Myriam Lins de (org).2007, Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BERQUÓ, Elza; 1991, “Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil” trabalho no seminário Estudos de gênero face às dilemas da sociedade Brasileira, São Paulo:Fundação Carlos Chagas.

BRITTO DA MOTTA, Alda. 1999, Não ta morto quem peleia: a pedagogia inesperada nos grupo se diosos Tése de doutorado em Educação: UFBA: Salvador.

_____. 1998a. “Introdução: Gênero, família e fases do ciclo de vida.” Cadernos CRH, n. 1 Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA.

_____.1998b “Reinventando fases: a família do idoso.” Cadernos CRH, n. 1 . Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, pp. 69-87.

BUTTO, A., SILVA, J. M. 1999 Representações sociais da sexualidade e da reprodução na adolescência e os serviços de saúde em São Domingos, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. *Rev. Anthropol.*, v.9, (Série Família e Gênero), p.86-97.

CAMARANO, Ana Amélia 2004 “Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?” Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu::ABEP.

_____. 1999 Muito além dos 60: os novos idosos brasileiro. Rio:IPEA.

DEBERT, Guita Grin. 1992. “Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento”, *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 33, Rio de Janeiro, Anpocs.

_____. 1999 A reinvenção da velhice. São Paulo: EDUSP-FAPESP.

IBGE. 2002 Perfil dos Idos Responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, (Série Estudos e Pesquisas Número 9) Rio:IBGE.

LAGE, Wanda. 2007, Uma andorinha só não faz verão: a sociabilidade de idosas numa comunidade da periferia do Recife, PPGA-dissertação de mestrado: Recife.

ORTNER, Sherry. 1996. *Making Gender: The Politics and Erotics of Culture*. Boston: Beacon Press.

PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). 2004 Família e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas,

QUADROS, Marion Teodósio de. 2007 “Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais” em Scott, Parry, Renato Athias e Marion Teodósio Quadros, Saúde, Sexualidade e famílias Urbanas Rurais e Indígenas, Recife: Editora Universitária – UFPE.

SARTI, Cynthia. 1996 “A família como referência moral no mundo dos pobres: onde fica a lei?”, XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, BA, abr.

SCOTT, Parry. 1990 “O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo (73): 38,47, maio.

_____. 1998 “Família, Gênero e Saúde na Zona da Mata de Pernambuco,” Anais da XI Reunião Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, 1998. (disponível no www.abep.nepo.unicamp.br)

_____. 2001 “Quase adulta, quase velha: porque antecipar as fases do ciclo vital,” INTERFACE: Comunicação, saúde, educação, vol. 5, nº. 8, Fundação UNI-Botucatu, Botucatu, 2001, 61-72.

_____. 2002 “Envelhecimento e juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva “em Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A Coimbra, Jr. (orgs) Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ

_____. 2004a “Família, gênero e poder no Brasil no Século XX,” BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Vol. 58, No. 1, 29-78.

_____. 2004b “Ciclos Domésticos e Moradia Urbana” Reunião Brasileira de Antropologia, Anais, Gramado:ABA.

_____. 2006 a “Gênero, família e comunidades: Observações e aportes teóricos sobre o Programa saúde da Família”. In: Villela, Wilza e MONTEIRO, Simone (orgs.). Gênero e saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em saúde Coletiva; Brasília:UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, pp. 73-98.

_____. 2006 b “Gerações, comunidades e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa.” In: BARROS, Myriam Lins de (org). Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV pp. 107-129.

TELLES, Stella M.B. 2002 “A população idosa brasileira nos anos 90: alguns aspectos da ampliação da cobertura da Previdência.” Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais Ouro Preto:ABEP.